

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA – Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

IDENTIFICAÇÃO DO DOCENTE

		ANO: 2007/2008
Nome: Ivetti Magnani		RA:
Titulação: E () M () D (X)	Regime contratual: Celetista (X) RPA ()	
CURSO: Filosofia		
GRUPO DE PESQUISA: Filosofia e Educação		

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO A SER DESENVOLVIDO

PROJETO Nº 4	Nº de Horas previstas a serem dedicadas à este Projeto : 320
Título: As políticas públicas de pessoal docente: a formação do professor de filosofia no ensino médio	
Área de Conhecimento CNPq: Filosofia	
Líder do grupo: Profª Drª Ivetti Magnani	
Grupo de Pesquisa no UNIFAI (Nome dos envolvidos): Ivetti Magnani Jorge Alves Laez Barbosa Valéria Garrido Antonia Suetonio	
Linha de Pesquisa: Filosofia e Educação	
Previsão de término: setembro de 2008	
Local onde desenvolve: SP/SP	Instituição: Centro Universitário Assunção - UNIFAI
Outros Cursos, e/ou outros Centros envolvidos:	

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA – Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

PROJETO DE PESQUISA

1. Introdução

**Sem dominar aquilo que os dominantes dominam
os dominados não chegam a se libertar
da dominação
Dermeval Saviani**

A interlocução entre Filosofia e Educação é o ponto de partida do presente projeto.

O propósito do presente estudo é analisar as concepções pedagógicas subjacentes às políticas educacionais voltadas para a inclusão da filosofia no ensino médio e os impactos das concepções pedagógicas nas políticas de formação docente para essa disciplina.

Barboza e Souza argumentam que “abordar questões voltadas às políticas públicas para a educação no Brasil requer (...) [o delineamento dos] possíveis caminhos de reconfigurações de projetos políticos ao seu entorno”.¹ Neste sentido, propõe-se, neste estudo, realizar um exame crítico dos documentos governamentais acerca do ensino médio nos anos 1990 e 2000, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação, os Pareceres e Resoluções exarados pelo Conselho Nacional de Educação (Câmara de Educação Básica) e documentos de outras instâncias do

¹ Cleoni Maria Barboza FERNANDES, Sonia Regina de Souza FERNANDES. “As questões da prática pedagógica como componente curricular nas licenciaturas”. Trabalho apresentado na Sessão de Pôsteres da 28ª Reunião Anual da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), do GT 04 - GT Didática, em 2005.

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA – Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

setor governamental. As políticas de formação docente são tributárias desses documentos.

Tendo em vista a luta encetada por representantes da comunidade acadêmica pela volta da filosofia ao ensino médio propõe-se, também, analisar os documentos produzidos por essa entidade.

O exame crítico das políticas do ensino médio e da formação de docentes exige que se faça um recorte teórico das concepções pedagógicas que as sustentam. Para esse recorte, o presente trabalho baseia-se principalmente nos estudos de Dermeval Saviani a respeito das concepções pedagógicas ², complementado pelos de Newton Duarte sobre a sociedade do conhecimento e as questões das chamadas pedagogias do “aprender a aprender” que fundamentaram as políticas educacionais dos anos 1990 e 2000.³

2. Objetivos:

Tendo como eixo articulador a reimplantação da Filosofia no ensino médio, o presente projeto tem por objetivos:

1. Contribuir para a construção de categorias explicativas no campo da educação que auxiliem na compreensão de políticas educacionais voltadas para o docente de Filosofia do ensino médio
2. Oferecer subsídios pedagógicos para o desenho curricular dos Cursos de Filosofia na modalidade licenciatura.

3. Justificativa:

A inclusão obrigatória da Filosofia no ensino médio (Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006), com tratamento disciplinar gerou questões que precisam ser equacionadas sob a perspectiva das políticas educacionais voltadas para o ensino médio e para a formação docente desse nível de ensino. Além do mais, “pensar a disciplina Filosofia no ensino médio exige também uma discussão sobre os cursos de graduação em Filosofia, que preparam futuros profissionais, e da pesquisa filosófica em geral, uma vez que, especialmente nessa disciplina, não se pode dissociá-la do *ensino*, da produção filosófica e da *transmissão do conhecimento*” (Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências Humanas e

² “As Teorias da Educação e o Problema da Marginalidade”, um dos textos do livro *Escola e Democracia* (1984), *As Concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira* (2005) e *Epistemologia e Teorias da Educação no Brasil* (2007).

³ “As pedagogias do ‘aprender a aprender’ e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento” (2001), “Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar” (1998).

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA – Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

suas tecnologias, 2006: 16, *itálicos meus*). O que significa que os Cursos de Filosofia na modalidade licenciatura necessitam ter clareza, entre outras questões relacionadas ao campo educacional, das principais concepções pedagógicas e as suas conseqüências na formação docente.

4. Desenvolvimento do tema

A atual configuração das políticas educacionais origina-se nos anos 90 do século XX, período em que a educação brasileira passou por várias transformações que reconfiguraram os segmentos de ensino do complexo educativo. Expressas em reformas, essas transformações atingiram não só a educação como lembram Valdemar Sguissardi e João dos Reis da Silva Júnior⁴, mas também outras esferas: econômica, tributária, previdenciária, fiscal, produtiva, numa palavra, o Estado, e a Constituição. [Enfim] o Brasil tornou-se o ‘país das reformas’”.

A reforma do ensino médio vai se dar em um cenário dominado pelo capitalismo globalizado ou mundializado, sob a forte influência da ideologia neoliberal que afetou a educação em todas as esferas da vida humana.

Baseada na concepção pedagógica produtivista⁵, a educação foi considerada a esfera central para transformar socialmente o país e promover o desenvolvimento econômico.

As análises que serviram de base a essa concepção foram sistematizadas principalmente na ‘teoria do capital humano’, cuja base filosófica se expressa pelo positivismo na versão estrutural-funcionalista. A referida concepção se desenvolveu a partir das décadas de 1950 e 1960, tornando-se orientação oficial no Brasil sob a forma da pedagogia tecnicista. E, mesmo com o refluxo do tecnicismo a partir do final dos anos 80, permaneceu como hegemônica assumindo novas nuances, inclusive quando, na década de 1990, a organização do ensino tendeu a se pautar predominantemente pelo cognitivismo construtivista. O caráter produtivista dessa concepção pedagógica tem uma dupla face: a externa, que destaca a importância da educação no processo de produção econômica e a interna, que visa dotar a escola do máximo de produtividade maximizando os investimentos nela realizados pela adoção do princípio da busca constante do máximo de resultados com o mínimo de dispêndio. (SAVIANI, D.,2005:34)

Trata-se da teoria do capital humano, mas ressignificada no entendimento de Gaudêncio Frigotto (1999) como sociedade do conhecimento, configurando-se enquanto instrumento de controle social mediado pelo mercado.

⁴ “Reforma do Estado e da educação superior no Brasil”. In Valdemar SGUISSARDI (Org.) *Avaliação Universitária em questão*, 1997.

⁵ Esta é uma das concepções pedagógicas postulada por Dermeval SAVIANI. Para ele “a expressão ‘concepções pedagógicas’ pode ser entendida como as diferentes maneiras pelas quais a educação é compreendida, teorizada e praticada. Na história da educação, de modo geral, e na história da educação brasileira, em particular, produziram-se diferentes concepções pedagógicas”. *As Concepções*

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA – Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

Para Dermeval Saviani, a teoria do capital humano adquiriu roupagens novas decorrentes das transformações econômicas, políticas e culturais propiciadas pelo processo de mundialização.

Nesse novo contexto não se trata mais da iniciativa do Estado e das instâncias de planejamento visando assegurar, nas escolas, a preparação da mão de obra para ocupar postos de trabalho definidos num mercado que se expandia em direção ao pleno emprego. Agora é o indivíduo que terá que exercer sua capacidade de escolha visando adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas a conquista do status de empregabilidade. A educação passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis (SAVIANI, D., 2005: 21).

Newton Duarte argumenta que a sociedade do conhecimento “é uma ideologia produzida pelo capitalismo (...) uma ilusão que cumpre uma determinada função na sociedade capitalista contemporânea” (Newton DUARTE, 2001: 39).

Qual o impacto dessa ideologia no que diz respeito às políticas educacionais referentes à volta da filosofia com tratamento disciplinar ao ensino médio e à formação docente desse componente disciplinar? Vinculada à sociedade do conhecimento, a pedagogia do “aprender a aprender”, apresenta familiaridades com a concepção pedagógica renovada ou escolanovista que, iniciada na Europa no final do século XIX, se consolida no início do século XX e torna-se hegemônica até o início da segunda metade do século XX. Conforme Dermeval Saviani, a pedagogia da escola nova “[configura-se] como uma teoria da educação que estabelece o primado da prática sobre a teoria. A prática determina a teoria. Esta deve se subordinar àquela, renunciando a qualquer tentativa de orientá-la”...,(SAVIANI, 2005:2). Trata-se, portanto, do primado da empiria e do recuo da teoria⁶.

Para se ter uma idéia das conseqüências negativas na política de formação docente, com relação à pedagogia nova ou escolanovista, que mantém estreito parentesco com as pedagogias do “aprender a aprender”, como referido acima, o papel do professor e o do aluno sofre uma inversão: o professor passa a ser um aluno e o aluno, professor, com o desempenho de papéis indiferenciados.⁷

Vários estudos nos anos 2000 analisaram as políticas públicas referentes ao ensino médio e às

Pedagógicas na História Brasileira, p. 31. Ou seja, contextualizadas por categorias econômicas, sociais, políticas e culturais, as concepções pedagógicas são marcadas por diferentes tempos históricos.

⁶ De acordo com MORAES, “a celebração do ‘fim da teoria’ - movimento que prioriza a eficiência e a construção de um terreno consensual que toma por base a experiência imediata- se faz acompanhar (..) de uma utopia educacional alimentada por um indigesto pragmatismo”. MORAES, M. C. M. (Org.) *Iluminismo as Avessas: produção do conhecimento e políticas de formação docente*, 2003, p. 153.

⁷ Ver a respeito: DEWEY, J. 1979, p.176

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA – Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

políticas do pessoal docente. A Revista *Educação & Sociedade*⁸, publicou um número especial em 2002, com o tema “Políticas Públicas para a Educação: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002” em que apresenta um balanço das políticas educacionais implementadas no período 1995-2002. O único artigo que pode ser incorporado ao presente trabalho é o de João dos Reis da SILVA JÚNIOR *Mudanças Estruturais no Capitalismo e a Política Educacional do Governo FHC: o caso do ensino médio*, que mostra o significado político da reforma educacional brasileira para seu nível médio e as conseqüências para formação do ser social. Os demais artigos não fazem referência ao tema objeto deste estudo, o que mostra a relevância e a necessidade de se proceder a análise das políticas educacionais voltadas à inserção da filosofia ao ensino médio e à formação do docente dessa disciplina.

Cabe mencionar, também, a mobilização do Sindicato dos Sociólogos que é, em São Paulo, a entidade que está coordenando e articulando as iniciativas relacionadas à volta da filosofia (e da sociologia) ao ensino médio. Trata-se de uma instância de setores organizados da sociedade pressionando a reconfiguração de políticas públicas. Neste sentido, torna-se oportuna a análise dos documentos elaborados por essa entidade visando à inclusão obrigatória da filosofia ao ensino médio.

5. Método

O presente projeto tem como eixo central a reflexão das políticas educacionais referentes ao pessoal docente de Filosofia do ensino médio. Para isso, torna-se necessária a compreensão das políticas educacionais referenciadas ao ensino médio.

Com o objetivo de configurar a concepção pedagógica que preside as diretrizes, os direcionamentos e os principais conceitos relativos à área, serão examinados e analisados documentos oficiais nacionais e internacionais referentes às políticas do ensino médio, com especial destaque para Filosofia e a política do pessoal docente de Filosofia do ensino médio. Serão analisados também os documentos elaborados pelas entidades representativas do setor acadêmico. Além disso, será utilizada pesquisa bibliográfica para melhor configuração do tema objeto de estudo.

6. Resultados Esperados

⁸ Número 80, vol. 23. Número Especial, 2002

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA – Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

- Configuração da política do pessoal docente de Filosofia sob a ótica das concepções pedagógicas
- Desenho curricular da graduação em Filosofia na modalidade licenciatura fundamentada em concepções pedagógicas emancipatórias

7 . Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo e SADER, Emir (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.

BANCO Mundial. *Prioridades y Estrategias para la Educación* (Examen del Banco Mundial). Washington D.C.: Banco Mundial, 1996.

BRASIL. SEMTEC. *Política para o ensino médio*. Brasília: 1995

BRASIL. *Planejamento político-estratégico: 1995/1998*. Brasília: MEC, 1995.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996, p. 27.833-841

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. CEB. *Âmbito e significado das diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio deliberadas pelo Conselho Nacional de educação*. Relatora: Guiomar Namó de Mello. Versão preliminar em discussão, 18 fev. 1998.

BRASIL. CEB. *Parecer n. 15/98: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Relatora: Guiomar Namó de Mello. 1º jun. 1998

BRASIL CEB. Resolução n. 3, 26 jun. 1998. Institui as diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 6 ag. 1998

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 38/2006, aprovado em 7 de julho de 2006
Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006
Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BUENO, Maria Sylvia Simões. *Orientações nacionais para a reforma do ensino médio: dogma e liturgia*. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, 2000, nº109.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DELORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC; UNESCO, 1996.

DEWEY, John. *Democracia e Educação. Introdução à filosofia da educação*. 4ª ed. São Paulo: Nacional,

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA – Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

1979.

DUARTE, Newton. Concepções afirmativas e negativas sobre o ato de ensinar. *Caderno Cedes*. Campinas, v. 19, n. 44, 1998.

_____. As pedagogias do “Aprender a Aprender” e algumas ilusões da assim chamada Sociedade do Conhecimento. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2001, set-dez, nº 018, pp. 35-40

FERNANDES, Cleoni Maria Barboza e FERNANDES, Sônia Regina de Souza. *As questões da prática pedagógica como componente curricular nas licenciaturas*. Trabalho apresentado na Sessão de Pôsteres da 28ª Reunião Anual da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) realizada em Caxambu (MG), 2005.

MARINS, Angela Maria. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio: avaliação de documento. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, 2000, nº109.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Sociedade do Conhecimento: eficaz controle epistêmico do ato de conhecer, s.d. Disponível em: <<http://www.rizoma.usfsa.br/html/51-of7b-st4.htm>> Acesso em: 18/07/2007

_____. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. *Revista Portuguesa de Educação*, 2001, 14(1) pp 07-25.

_____. (Org.). *Iluminismo às Avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

SAVIANI, Dermeval. As Teorias da Educação e o Problema da Marginalidade. In _____ *Escola e Democracia*. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984

_____. *As Concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira*. Campinas: Histedbr, 2005

_____. Epistemologia e teorias da educação no Brasil. *Pro-Posições*. Campinas: Faculdade de Educação: UNICAMP, vol. 18, n. 1 (52)

SGUISSARDI, Valdemar e SILVA JÚNIOR, João dos Reis da. Reforma do Estado e da educação superior no Brasil. In: SGUISSARDI, Valdemar. *Avaliação universitária em questão*. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Mudanças Estruturais no Capitalismo e a Política Educacional do Governo FHC: o caso do ensino médio. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, setembro de 2002, pp 203-234

8. Interação deste projeto com outros da mesma área de pesquisa.

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA – Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

9. Grupo de Pesquisadores

Pesquisador Responsável: Prof. Dra. Ivetti Magnani

Colaboradores:

Alunos Associados:

10. Cronograma de Atividades de Pesquisa

Atividades a serem desenvolvidas	out	nov	dez	jan	fev	ma r	ab r	mai	jun	jul	ago	set
Levantamento da Bibliografia Complem.	X	X										
Leitura e Documentação		X	X	X	X	X	X	X	X			
Construção Lógica do Trabalho			X	X	X	X	X	X	X			
Encontros do Grupo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Redação do Texto								X	X	X	X	
Entrega do Relatório de Pesquisa												X

Data: 23 / 08 / 2007	Assinatura do docente:
-----------------------------	-------------------------------

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA - Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

PARECER DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários está de acordo com os pareceres dos:
Conselho do Núcleo de Pesquisa e Extensão e do Coordenador da Linha de Pesquisa?

() SIM () NÃO

Comentários:

Comentários adicionais que justifiquem o parecer da Pró-Reitoria:

—

—

—

—

Avaliação : () **APROVADO** () **NÃO APROVADO**

Nome do Pró-Reitor Acadêmico:

Data: ____/____/____.

Assinatura:



FORMULÁRIO 1

**PROPOSTA DE PROJETO DE PESQUISA - Gr. Pesquisa
PARA INÍCIO EM 01 DE OUTUBRO DO ANO VIGENTE**

Data: ____ / ____ / ____.

Assinatura: